

TUDO QUE VOCÊ SEMPRE QUIS SABER SOBRE A BANCADA RURALISTA, MAS TINHA MEDO DE PERGUNTAR: ANÁLISE DESCRITIVA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA - FPA (2006-2014)

Everything you ever wanted to know about the ruralist group, but was afraid to ask: descriptive analysis of the Mixed Parliamentary Front of Agriculture - FPA (2006-2014)

Maria Mariana Félix

UFAL, Maceió, AL, Brasil.

Ranulfo Paranhos

UFAL, Maceió, AL, Brasil.

José Alexandre da Silva Junior

UFAL, Maceió, AL, Brasil.

Willber Nascimento

UFAL, Maceió, AL, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 27/06/2022

Aceito em 18/07/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Como ser citado (modelo ABNT)

FELIX, Maria Mariana; PARANHOS, Ranulfo; SILVA JUNIOR, José Alexandre da; NASCIMENTO, Willber. TUDO QUE VOCÊ SEMPRE QUIS SABER SOBRE A BANCADA RURALISTA, MAS TINHA MEDO DE PERGUNTAR: ANÁLISE DESCRITIVA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA - FPA (2006-2014). *Direito, Processo e Cidadania*. Recife, v. 1, n. 1, p. 69-91, maio/ago, 2022.

Editor responsável

Prof. Dr. José Mário Wanderley Gomes Neto

Resumo

A bancada que mais recebe destaque na imprensa brasileira tem sido a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária. Mas quem são os deputados federais que a compõem? Quais os Estados que eles representam? A quais partidos pertencem? De tal modo, esse artigo objetiva descrever e apresentar um perfil do que já se sabe e do que ainda é desconhecido dessa bancada e de seus membros. Tecnicamente, analisamos os dados referentes às eleições de 2006, 2010 e 2014 (53ª, 54ª e 55ª legislaturas). Metodologicamente foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e teste t para amostras independentes a fim de testar a hipótese de que há diferença estatística significativa entre o valor do voto dos ruralistas e não ruralistas. Os dados foram sistematizados a partir de informações obtidas no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Os resultados preliminares indicam que: (1) os parlamentares ruralistas pertencer majoritariamente à Região Sudeste; (2) o PMDB é o partido que apresentou o maior percentual de parlamentares, independente do ano analisado (19,28% em 2006, 22,89% em 2010 e 20,98% e 2014); e (3) há diferença estatística significativa de valor do voto entre ruralistas e não ruralistas apenas nas Eleições 2014.

Palavras-Chave: Bancada Ruralista. Frente Parlamentar Mista da Agropecuária. Câmara dos Deputados.

Abstract

The bench that receives the most attention in the Brazilian press has been the Mixed Parliamentary Front of Agriculture. But who are the federal deputies that compose it? Which states do they represent? Which parties do they belong to? Thus, this article aims to describe and present a profile of what is already known and what is still unknown of this bench and its members. Technically, we analyze data for the 2006, 2010 and 2014 (53rd, 54th and 55th legislatures) elections. Methodologically, descriptive statistics and t-tests were used for independent samples to test the hypothesis that there is a statistically significant difference between the value of the vote of ruralists and non-ruralists. The data were systematized to information obtained on the website of the Chamber of Deputies. Preliminary results indicate that: (1) rural parliamentarians belong mainly to the Southeast Region; (2) the PMDB is the party with the highest percentage of parliamentarians, regardless of the year analyzed (19.28% in 2006, 22.89% in 2010 and 20.98% in 2014); and (3) there is significant statistical difference in the value of the vote between ruralists and non-ruralists only in the 2014 elections.

Keywords: Ruralist Bench. Mixed Parliamentary Front of Agriculture. Chamber of Deputies.

1 INTRODUÇÃO

Da fazenda ao Plenário, têm-se a origem da bancada ruralista. Os políticos que integram a bancada ruralista, senadores e deputados federais, estão ligados em maior ou menor grau ao setor da agricultura e pecuária no Brasil. A justificativa da existência de um grupo como esse é feita em nome da defesa dos interesses produtivos da Economia brasileira, mas não raro estes parlamentares são acusados de se organizarem em nome de projetos particularistas. Frentes Parlamentares aparecem como grupos passíveis de romper a lógica partidária ao apresentar oportunidades para atuações suprapartidárias. O vínculo a elas nem sempre é contínuo, depende dos projetos em pauta para se alterar ou não (FLORENTINO, 2015).

Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), composta por parlamentares de partidos políticos distintos (do DEM ou PT), reunidos em defesa de interesses de classe, se mobilizam para defender no Congresso Nacional os chamados interesses ruralistas. É a maior bancada do Congresso Nacional. Na legislatura que se iniciou em 2015, ela contava com 308 parlamentares, entre deputados e senadores. Um número tão expressivo de atores políticos, se agir de forma organizada e com propósitos compartilhados, é sinal de poder e força dentro do Congresso Nacional, podendo influenciar até mesmo a agenda política do Governo Federal.

Nosso objetivo aqui é apresentar um retrato dessa bancada, entendida como grupo de pressão interna, com poder decisório legislativo e como elo entre grupos econômicos. Grupos de pressão possuem como comportamento característico a atuação coesa, organizada e influente (THOMAS, 2004; DYE, 2005; FARHAT, 2007; CARVALHO, 2009). Desse tipo de comportamento podemos depreender a lógica de que todo governo que se pretende a governabilidade de seu mandato, depende da Bancada Ruralista como aliada ou, no mínimo, mantenedora de um bom diálogo.

Esse trabalho se preocupa em estabelecer o perfil da bancada ruralista para o período que compreende a 53ª, 54ª e 55ª legislaturas. Metodologicamente usaremos técnicas de estatística descritiva para analisar um banco de dados sistematizados a partir de informações da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2 BANCADAS PARLAMENTARES NO BRASIL COMO GRUPOS DE PRESSÃO

As chamadas bancadas suprapartidárias no Brasil remontam ao período de 1945 a 1964. Com o período do Regime Militar essa prática no Congresso Nacional foi suspensa (SIMIONATTO e COSTA, 2012). Com o advento da redemocratização, política de modernização e novas demandas econômicas, o novo cenário permitiu o ressurgimento dos grupos de interesses no cenário político e, conseqüentemente, as frentes parlamentares começaram a ressurgir a partir de 1986 (PINHEIRO, 2010).

Compostas por membros dos poderes legislativos federal, estaduais e municipais, as bancadas parlamentares têm suas atividades unificadas em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam. Na Assembleia Nacional Constituinte (que redigiu a Constituição de 1988), esses grupos começaram a ser criados com o objetivo de inserir disposições que atendessem aos interesses de grupos econômicos.

Segundo Simionatto e Costa (2012), a regulamentação das bancadas só aconteceu a partir de 2003. Uma das regras para o reconhecimento das frentes parlamentares foi a publicação de sua composição no início de cada legislatura. Com o tempo algumas bancadas ganharam mais destaques e se organizaram melhor que outras. É o caso da *Banca Ruralista*, que apresenta coordenadores, reuniões ordinárias, além de possuir o maior número de parlamentares.

Do ponto de vista do comportamento parlamentar, deputados consideram as relações partidárias e dentro das bancadas onde atuam como as instituições mais importantes. Para Cervi (2009), as implicações desse modelo são o possível enfraquecimento da reeleição como objetivo imediato do deputado na sua prática dentro do Congresso Nacional, além do fato de que uma possível mudança na arena eleitoral não afetariam a ação dos parlamentares no Poder Legislativo.

Para Santos (2014), a representação de interesses no Brasil assumiu formas distintas nos últimos anos. O que caracteriza as bancadas parlamentares em geral e a bancada ruralista em particular como um grupo de pressão. Lidar com esse tema exige compreensão do funcionamento das comissões permanentes internas do Congresso Nacional - criadas para que se pudessem distribuir as tarefas legislativas e aumentar a participação dos agentes políticos (PEREIRA e MUELLER, 2000; SANTOS e CANELLO, 2016). É dentro desse ciclo de

trabalhos das comissões que se encontram os grupos de pressão, procurando sempre estabelecer ações de defesa de seus interesses (BECKER, 1983).

Outra interpretação defende que as comissões agem como agremiação paroquialistas, com fins a atender interesses da arena eleitoral e não do funcionamento do parlamento (AMES, 1995; AMORIM NETO e SANTOS, 2002; SANTOS, 2011). Zampieri (2013) destaca que os personagens pertencentes aos grupos de pressão, necessariamente, devem atuar dentro da faixa própria de interesses de seus associados ou representantes. Isso porque os grupos de pressão, embora busquem influenciar a distribuição dos recursos, sendo para manter o sistema sem alterações ou para mudanças, não participam diretamente do processo eleitoral (CESÁRIO, 2016). Eles não têm o propósito de gerir o poder político, mas sim o de aproximar-se dele com o objetivo de influenciar suas opções.

Há um número diversificado de grupos de interesses atuando dentro do Congresso Nacional. Não raro, eles formam alianças informais para maximizar chances de sucesso (CESÁRIO, 2016). Em linhas gerais, há grupos de interesse de diferentes origens e defendendo distintas agendas. É um engano quem acredita que apenas grupos de empresários ou setor econômico se organizam em nome dos interesses de suas agendas. Pautas como meio ambiente, servidores públicos e mesmo assunto religiosos disputam espaço e estabelecem-se em acordos com outros grupos a fim de garantir maior probabilidade de sucesso.

3 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

Questionamentos sobre: de onde vem o dinheiro da campanha? Qual é a relação entre gastos de campanha e resultados eleitorais?; quem investiu e se existem interesses políticos e econômicos? são bem frequentes em estudos desenvolvidos sobre o tema financiamento de campanha.

A literatura afirma que tende a acreditar que financiadores buscam interesses em troca de seu investimento em campanhas eleitorais, afetando a qualidade do regime democrático (CAMPOS 2009; 2011). Estimar em que medida as regras sobre o financiamento de campanha é de fato eficiente se torna uma análise complexa, pois as instituições responsáveis por essas informações ainda não possuem um método de fiscalização e controle

que deixe claro as origens e os valores reais investidos pelos candidatos. Uma vez que indivíduos podem não declarar o total do que receberam de investimentos, não é possível saber em que medida os procedimentos adotados por candidatos, partidos políticos e instituições obedecem às prescrições legais (FIGUEIREDO FILHO, 2009). Esses obstáculos comprometem a transparência no processo eleitoral e a qualidade do regime democrático.

De uma maneira geral, quanto maior o investimento nas campanhas eleitorais, maior é a quantidade de votos obtidos, ou seja, dinheiro implica em votos (JACOBSON, 1978, 1990; FIGUEIREDO FILHO, 2009; FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014; FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2015).

Para Smith (2001, p. 40), “a regulamentação do financiamento de campanha é usualmente compreendida como necessária para atingir dois importantes objetivos: a promoção da igualdade política e a prevenção da corrupção política”. Muito dinheiro é gasto no financiamento de eleições e é preciso que se promova a igualdade política. Campanhas políticas ligadas a doadores não favorecem aos interesses da população, só beneficiam os grupos investidores.

Ao longo da história, os Estados Unidos foram implementando regras no financiamento de campanhas, através de comitês, para que o processo eleitoral pudesse atender as demandas de cada período e a regulação do sistema democrático legal (CAMPOS, 2009; BRAGA & BOURDOUKAN 2009). No caso do Brasil, Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) afirmam que Samuels (2000, 2001a, 2001b) é quem realiza as primeiras pesquisas relacionando financiamento de campanhas e votos, onde recursos financeiros apresentam fortes correlações com sucessos eleitorais.

Estudos em perspectiva comparada (BOLOGNESI e CERVI, 2011; SPECK, 2012) são muito utilizados na abordagem sobre financiamento, onde a análise comparado permite identificar como diferentes desenhos institucionais regulam o financiamento das campanhas eleitorais, contribuem para melhor compreender as regras acerca do recurso que irá ser investido na campanha eleitoral, regras essas que possuem grande influência sobre o aperfeiçoamento do regime democrático de cada país.

Somente a partir do período democrático o financiamento obteve uma abordagem mais específica. Dois acontecimentos podem ser considerados pontos chaves para que se possa compreender essa postura em relação às eleições: o primeiro ponto seria o aumento

do número de eleitores; o segundo ponto é o estabelecimento de eleição direta para Presidente da República.

O tema é vasto e com muitas possibilidades de análises, mas para efeito deste artigo, nos interessa apresentar a conceituação, breves questões históricas e pontos relevantes do debate sobre bancadas parlamentares no Brasil, suas possibilidades de atuação no processo decisório no Congresso Nacional e a possibilidade de que essas bancadas sejam o elo entre os interesses particulares e ação dos congressistas, via financiamento de campanha.

4 FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA (FPA): A BANCADA RURALISTA

A *Bancada Ruralista* surgiu em virtude das mudanças no mundo agrário, que se tornava moderno com a instituição de novos padrões de produção no campo e a introdução de avanços tecnológicos, em decorrência da união entre a agricultura e a indústria (BARCELOS e BERRIEL, 2009).

É através da Bancada Ruralista, que as elites agrárias transformaram o parlamento brasileiro em um grande espaço político de barganha capaz de reproduzir as históricas relações patrimoniais e clientelistas, bem como exercer sua *pressão* institucional para a defesa dos interesses ruralistas (BARCELOS e BERRIEL, 2009; SIMIONATTO e COSTA, 2012). Essa bancada começou a ganhar espaço na cena política a partir da Assembleia Constituinte (1987/1988). Ainda sem a característica de uma bancada, mas com uso de atitudes radicais para intimidar seus oponentes, as elites agrárias eram conduzidas pela UDR (União Democrática Ruralista), fundada e comandada pelo pecuarista goiano Ronaldo Caiado e pelo cafeicultor paulista Plínio Junqueira Junior (BRUNO, 1997).

Foi com a UDR que se construiu o novo perfil de representação política: o *parlamentar militante* defensor da propriedade e da iniciativa privada, perfil instaurado na bancada ruralista. Vigna (2001) destaca três aspectos fundamentais que impulsionaram um novo perfil de articulação política da Bancada Ruralista.

O restabelecimento desta representação foi possível devido a uma conjunção de fatores. Ressaltamos os mais significativos: primeiro, o crescimento do PFL (segunda bancada partidária) trás para a Câmara dos Deputados os representantes da elite agrária mais conscientes da importância da organização da *bancada ruralista* como grupo de interesse, pressão e *lobbying*; segundo, eleições de notórios conservadores para as presidências da Câmara e do Senado Federal; terceiro, a

vitória, nas eleições presidenciais, da aliança PFL-PSDB. Pode-se distinguir, também, um quarto fator: a derrota do então deputado Ronaldo Caiado. Órfão desta liderança vigorosa e centralizadora, o grupo ampliou sua articulação com outros setores parlamentares (p. 01).

Com esse novo perfil de articulação, a bancada passou a dividir os trabalhos baseados na vivência de cada membro-componente nos distintos setores produtivos dentro de planos escalares bem definidos, do local ao nacional. Dessa forma, autores SAUER *et. al.* (2006) e VIGNA (2001), conceituam a atuação da Bancada Ruralista como sendo de um grupo de interesse. Seja como for, o setor ruralista hoje garante sua hegemonia por intermédio da ação parlamentar desenvolvida por seus congressistas (SIMIONATTO e COSTA, 2012).

5 METODOLOGIA DO ESTUDO

O quadro 1 apresenta resumidamente o nosso desenho de pesquisa:

Quadro 1 - Desenho de pesquisa

Questão de pesquisa	Qual o perfil da Bancada Ruralista?
Objetivo Geral	Identificar o perfil da Bancada Ruralista
Hipótese Geral	Há diferença estatística significativa entre o valor do voto dos ruralistas e não ruralistas
Técnica de Análise	Estatística Descritiva e teste t para amostras independentes
Recorte temporal	2006, 2010 e 2014 (53ª, 54ª e 55ª Legislatura)
Fonte de Dados	Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Fonte: elaboração da autora (2017)

O propósito de analisar a composição da *Bancada Ruralista* considerando três legislaturas se justifica pelo fato de que quanto mais se retrocede no tempo, mais escasso são os dados e menos confiáveis as informações. Além disso, a Câmara dos Deputados só passou a registrar os parlamentares que compõem as frentes parlamentares a partir de 2010.

Nossa população de interesse é composta pelos parlamentares (deputados federais) classificados como ruralistas nas legislaturas que se iniciaram em 2007, 2011 e 2015. Testamos a hipótese de que pertencer à FPA exerce um efeito positivo sobre a quantidade de votos obtidos nas rodadas eleitorais. O quadro 2 apresenta as variáveis utilizadas nesse estudo.

6 RESULTADOS E ANÁLISES

Esta seção descreve nossos principais achados sobre a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA). Vale ressaltar que estamos trabalhando apenas com os deputados federais, uma vez que a FPA é composta também por Senadores. Nossas primeiras análises foram realizadas sobre os dados mais elementares dos deputados federais que compõem a *Bancada Ruralista*. A tabela abaixo resume a quantidade de ruralistas por ano eleitoral.

Tabela 1 - Ruralistas e Não Ruralistas (2006, 2010, 2014)

Eleição	Rural	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
2006	Não Ruralista	346	67,60	67,60
	Ruralista	166	32,40	32,40
	Total	512	100,00	100,00
2010	Não Ruralista	347	67,60	67,60
	Ruralista	166	32,40	32,40
	Total	513	100,00	100,00
2014	Não Ruralista	308	60,00	60,00
	Ruralista	205	40,00	40,00
	Total	513	100,00	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Os dados mostram que nos dois primeiros anos das análises, os ruralistas representaram cerca de 1/3 das cadeiras da Câmara dos Deputados. Esse valor aumentou em 2014 para 40%. Tamaña expressividade pode indicar concentração e poder de decisão em pautas de interesse desse grupo político. Prandi e Santos (2017) argumentam que quando se trata de temas relacionados à moral sexual e questões da vida privada, a Bancada Evangélica tende a votar em bloco. Essa mesma bancada apresentou cinco dissidentes, de um total de oitenta e cinco, em favor da admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. O mesmo não é diferente em relação à *Bancada Ruralista*.

Na tabela 2 são descritos os valores referentes à composição da Bancada Ruralista por Regiões geográficas do Brasil e ano eleitoral.

Tabela 2 - Ruralistas e Não Ruralistas (2006, 2010, 2014)

Eleição	Região	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
2006	Norte	20	12,00	12,00
	Nordeste	39	23,50	23,50
	Sudeste	58	34,90	34,90
	Centro-Oeste	20	12,00	12,00
	Sul	29	17,50	17,50
	Total	166	100,00	100,00
2010	Norte	24	14,50	14,50
	Nordeste	53	31,90	31,90
	Sudeste	34	20,50	20,50
	Centro-Oeste	19	11,40	11,40
	Sul	36	21,70	21,70
	Total	166	100,00	100,00
2014	Norte	30	14,60	14,60
	Nordeste	45	22,00	22,00
	Sudeste	63	30,70	30,70
	Centro-Oeste	27	13,20	13,20
	Sul	40	19,50	19,50
	Total	205	100,00	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Em 2006 os ruralistas se concentraram nas regiões Sudeste (34,90%) e Nordeste (23,50%). Centro-Oeste e Norte foram as regiões com menos ruralistas (12%). Em 2010 a região Nordeste aparece como destaque, concentrando 31,90% (53 deputados federais) de um total de 166 cadeiras. Esse feito é repetido pela região Sudeste em 2016, com 63 parlamentares de um total de 205, perfazendo 30,70%.

Esses dados, no mínimo, desmistificam o pensamento popular de que a composição da *Bancada Ruralista* é formada majoritariamente por deputados do Centro-Oeste, uma vez que essa região concentra significativa parcela da economia agropecuária do Brasil, conseqüentemente deveria “exportar o grosso” dos ruralistas.

Tabela 3 - Ruralistas/Não Ruralistas por Regiões (2006, 2010, 2014)

Eleição	Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
2006 Não Ruralista	12,72	32,37	34,97	6,07	13,87	100,00
2006 Ruralista	12,05	23,49	34,94	12,05	17,47	100,00
Total	12,5	29,49	34,96	8,01	15,04	100,00
2010 Não Ruralista	11,82	28,24	41,79	6,34	11,82	100,00
2010 Ruralista	14,46	31,93	20,48	11,45	21,69	100,00
Total	12,67	29,43	34,89	7,99	15,01	100,00
2014 Não Ruralista	11,36	34,42	37,66	4,55	12,01	100,00
2014 Ruralista	14,63	21,95	30,73	13,17	19,51	100,00
Total	12,67	29,43	34,89	7,99	15,01	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Aqui podemos ver como se distribuem entre as regiões do país os ruralistas e os não ruralistas para cada legislatura. Embora em 2006 os ruralistas estivessem mais concentrados no Sudeste, os não ruralistas também estão. Algo que leva a crer que não existem diferenças entre ruralistas e não ruralistas nesta região. Por exemplo, no Centro-Oeste os ruralistas estão mais concentrados do que os não ruralistas, independente do ano analisado. Analisando apenas os parlamentares dessa região, os resultados apontam que sim, no Centro-Oeste, a maioria dos deputados federais estão presentes na FPA.

A próxima sequência de análises lida com informações de caráter mais pessoal dos parlamentares. As tabelas seguintes se preocupam em apresentar o perfil dos políticos que compõem a FPA, considerando idade, sexo e profissão autodeclarada.

Tabela 4 - Descritivos Idade

Eleição	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2010	166	21	74	50,92	10,61
2014	205	22	84	51,41	12,42

Fonte: elaboração da autora (2017).

A média de idade do parlamentar ruralista foi de 50,92 e 51,41 anos, nos anos de 2010 e 2014 respectivamente. Em 2010, o deputado federal José Wilson (PMDB-PB) foi o ruralista mais jovem, com 21 anos de idade. Em 2014, Bonifácio José Tamm de Andrada (PSDB-MG),

figura como o parlamentar ruralista mais velho, com 84 anos. A tabela 5 sumariza dos resultados em relação ao sexo dos parlamentares da FPA.

Tabela 5 - Comparativo de Sexo dos ruralistas

Eleição	Sexo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
2006	Masculino	162	97,60	97,60
	Feminino	4	2,40	2,40
	Total	166	100,00	100,00
2010	Masculino	157	94,60	94,60
	Feminino	9	5,40	5,40
	Total	166	100,00	100,00
2014	Masculino	189	92,20	92,20
	Feminino	16	7,80	7,80
	Total	205	100,00	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Os resultados indicam que a *Bancada Ruralista* é majoritariamente composta por parlamentares do sexo masculino, independente do ano. No entanto, podemos supor que essa frente parlamentar se concentra em temas referente ao agronegócio e similares, o que nos faz acreditar que a variável *sexo* não tenha influência sobre a tomada de decisões enquanto bloco. A tabela 6 resume informações sobre o grau de instrução dos ruralistas.

Tabela 6 - Comparativo de Grau de Instrução dos ruralistas

Grau de Instrução	2006		2010		2014	
	N	%	N	%	N	%
Ensino Fundamental Incompleto	2	1,20	1	0,60	3	1,50
Ensino Fundamental Completo	2	1,20	5	3,00	4	2,00
Ensino Médio Incompleto	2	1,20	-	-	1	0,50
Ensino Médio Completo	11	6,60	9	5,40	18	8,80
Ensino Superior Incompleto	13	7,80	14	8,40	14	6,80
Ensino Superior Completo	136	81,90	137	82,50	165	80,50
Total	166	100,00	166	100,00	205	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Majoritariamente, o grau de instrução dos *ruralistas* é nível superior, 81,90%, 82,50% e 80,50% nos respectivos anos analisados. Não encontramos trabalhos que cruzem o grau de instrução do parlamentar com produção legislativa ou atuação dos parlamentares dentro de

comissões. Mas essa parece ser uma agenda de pesquisa promissora em Ciência Política, principalmente para aqueles que se preocupam em explicar comportamento legislativo.

O fato de que o grau de instrução médio declarado dos parlamentares é nível superior pode não explicar nada a respeito do seu comportamento enquanto parlamentar. O que, supostamente, pode dar sinais da atuação do congressista é o tipo de formação dele. Muchinato (2014) analisa dados de 1986 a 2012 sobre os deputados federais e conclui que o perfil é de Ensino Superior Completo, com formação em Direito (10%) e Administração de Empresa (8%) e 22% se declarando empresário, 21% professor e Médico e Agropecuarista sendo representado por 10%.

Nesse sentido, a fim de continuar a descrever o perfil dos *ruralistas*, as tabelas seguintes apresentam as profissões/ocupações autodeclaradas dos parlamentares.

Tabela 7 - Formação/Ocupação dos ruralistas (2006)

Formação/Ocupação	N	%
Deputado	69	41,60
Advogado	18	10,80
Médico	13	7,80
Empresário	9	5,40
Engenheiro	9	5,40
Comerciante	3	1,80
Pecuarista	5	3,00
Professor de Ensino Superior	3	1,80
Vereador	3	1,80
Arquiteto	2	1,20
Bancário	2	1,20
Economista	2	1,20
Locutor, Comentarista de Rrádio e TV e Radialista	2	1,20
Servidor Público Estadual/Federal	4	2,40
Outros	22	16,24
Total	166	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Em 2006, 41,60% dos ruralistas se declararam como “deputado”. Uma possível explicação para esse resultado é que essa auto-identificação aconteça com maior frequência para aqueles parlamentares que já ocupam o cargo de deputado há mais de um mandato. A segunda formação com maior frequência foi a de “advogado” (10,80%), seguido de “médico” (7,80%). É provável que parlamentares sejam ao mesmo tempo “empresário” e “pecuarista”,

mas essas duas categorias aparecem 5,40% e 3,00% respectivamente, números comparativamente baixos. A tabela 9 resume essa mesma variável para o ano 2010.

Tabela 8 - Formação/Ocupação dos ruralistas (2010)

Formação/Ocupação	N	%
Deputado	97	58,40
Empresário	16	9,60
Médico	9	5,40
Engenheiro	7	4,20
Outros	7	4,20
Advogado	5	3,00
Comerciante	3	1,80
Administrador	2	1,20
Agricultor	2	1,20
Contador	2	1,20
Pecuarista	2	1,20
Professor de Ensino Médio	2	1,20
Senador	2	1,20
Servidor Público Federal	2	1,20
Vereador	2	1,20
Agrônomo	6	3,61
Total	166	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Autodeclarar-se como “deputado” continua como a categoria com maior frequência (58,40%), seguido de “empresário” (9,60%). A categoria “advogado” reduziu, agora são apenas 5 indivíduos (3,00%). Em pesquisa sobre partidos políticos, ideologia e composição social na Câmara dos Deputados, Rodrigues (2009) analisa as profissões dos parlamentares da 51ª Legislatura e afirma que 43,5% são empresários (“Empresários urbanos”, “Empresários rurais” e “Empresários mistos”). Ainda analisando formação/ocupação, a próxima tabela resume os dados de 2014.

Tabela 9 - Formação/Ocupação dos ruralistas (2014)

Formação/Ocupação	N	%
Deputado	108	52,70
Empresário	16	7,80
Advogado	15	7,30
Médico	15	7,30
Outros	9	4,40
Engenheiro	4	2,00
Administrador	3	1,50
Agricultor	3	1,50
Servidor Público Estadual	3	1,50
Agrônomo	2	1,00
Comerciante	2	1,00
Corretor de Imóveis, Seguros e Valores	2	1,00
Economista	2	1,00
Industrial	2	1,00
Professor de Ensino Superior	2	1,00
Psicólogo	2	1,00
Vereador	2	1,00
Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	13	6,34
Total	205	100

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Em 2014 a autodeclaração como “deputado” aparece como 52,70%, seguido de empresário (7,80%) e “advogado” (7,30%). O destaque é para a categoria “estudante, bolsista, estagiário e assemelhados”, com 13 ocorrências (6,34%). Os dados para os três anos analisados não apresentam significativa diferença em relação à maior frequência de formação/ocupação (“deputado”). Nossa principal conclusão em relação à formação dos parlamentares é que eles possuem majoritariamente Nível Superior e que se auto-declaram como deputados.

Nosso conjunto de análises a seguir considera variáveis eleitorais como partidos políticos, votos e receitas de campanhas referentes aos *ruralistas*, sempre em comparação com os *não ruralistas*. A tabela 10 sumariza informações sobre a composição da FPA em relação aos partidos políticos.

Tabela 10 - Ruralistas por Partidos Político

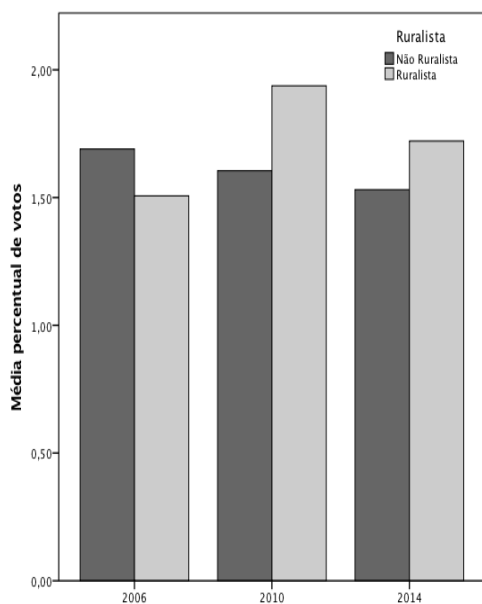
Partido	2006		2010		2014	
	N	%	N	%	N	%
DEM	0	0,00	21	12,65	11	5,37
PAN	1	0,60	0	0,00	0	0,00
PC do B	4	2,41	0	0,00	1	0,49
PDT	7	4,22	7	4,22	10	4,88
PEN	0	0,00	0	0,00	1	0,49
PFL	27	16,27	0	0,00	0	0,00
PHS	0	0,00	2	1,20	3	1,46
PL	8	4,82	0	0,00	0	0,00
PMDB	32	19,28	38	22,89	43	20,98
PMN	1	0,60	2	1,20	1	0,49
PP	13	7,83	22	13,25	20	9,76
PPS	11	6,63	3	1,81	2	0,98
PR	0	0,00	12	7,23	15	7,32
PRB	0	0,00	1	0,60	7	3,41
PROS	0	0,00	0	0,00	5	2,44
PRP	0	0,00	0	0,00	2	0,98
PRTB	0	0,00	1	0,60	0	0,00
PSB	8	4,82	10	6,02	13	6,34
PSC	5	3,01	8	4,82	3	1,46
PSD	0	0,00	0	0,00	19	9,27
PSDB	26	15,66	22	13,25	17	8,29
PT	11	6,63	11	6,63	7	3,41
PTB	7	4,22	6	3,61	9	4,39
PTC	1	0,60	0	0,00	1	0,49
PTN	0	0,00	0	0,00	1	0,49
PV	4	2,41	0	0,00	2	0,98
SD	0	0,00	0	0,00	12	5,85

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Na 53ª legislatura (2006) a maioria dos ruralistas estavam no PMDB (19,28%), DEM (16,27%) e PSDB (15,66%). Em 2010 o PMDB continua com o maior percentual de parlamentares (22,89%), seguido do PSDB e PP (ambos com 13,25%) e o DEM agora é representado por 21 deputados federais (12,65%). Mais recentemente o PMDB continua com o maior percentual (20,98%), seguido do PP (9,76%) e PSD (9,27%). Mesmo o PT, que publicamente se posiciona contrário à agenda do agronegócio no Brasil, está presente em toda as composições da FPA analisadas.

Ser ruralista implica em receber mais votos nas eleições a que concorre? Essa pergunta pode suscitar toda uma agenda de pesquisa na Ciência Política. Abaixo segue a descrição do percentual médio de votos obtidos entre os parlamentares eleitos.

Gráfico 1 - Média do Percentual de Votos



Fonte: elaboração dos autores (2018).

O percentual de votos entre os dois grupos é bastante próximo e não estabelece padrão à medida que analisamos as eleições. Os *ruralistas* tomaram a dianteira nas eleições de 2010 e 2014. Mas os *não ruralistas* obtiveram, na média, maior percentual de votos que os *ruralistas* em 2006. A tabela abaixo apresenta esses dados com mais elementos.

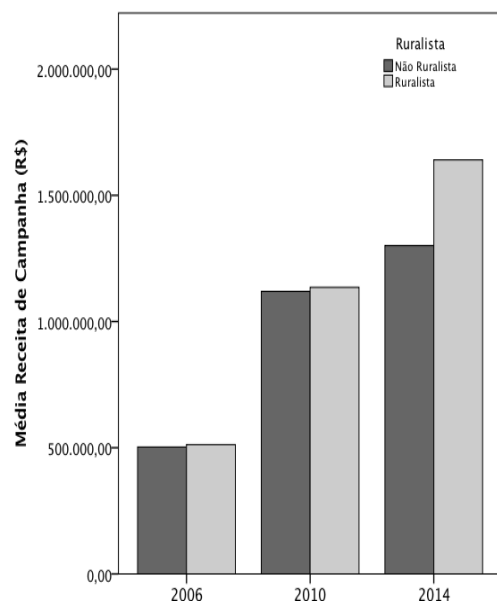
Tabela 11 - Estatística Descritiva do Percentual de Votos

Eleição	Ruralista	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2006	Não Ruralista	347	0,12	9,08	1,68	1,44
	Ruralista	166	0,03	6,55	1,50	1,20
2010	Não Ruralista	347	0,08	10,25	1,60	1,46
	Ruralista	166	0,19	8,29	1,93	1,57
2014	Não Ruralista	306	0,08	8,06	1,53	1,36
	Ruralista	205	0,06	7,59	1,72	1,28

Fonte: elaboração dos autores (2018).

No geral, ser ou não *ruralista* pode não implicar diretamente na conquista de votos. Em relação aos desvios padrões, só no ano de 2006 o valor da diferença entre *ruralistas* e *não ruralistas* é mais elevado. A seguir o gráfico 1 resume a média de receita de campanha (R\$) entre *ruralistas* e *não ruralistas*.

Gráfico 2 - Média de Receita de Campanha (R\$)



Fonte: elaboração dos autores (2018).

A média da receita de campanha de *ruralistas* e *não ruralistas* é bastante semelhante nas eleições de 2006 e 2010. Em 2014, a média da receita de campanha dos *ruralistas* aumentou em relação aos *não ruralistas*. Como o foco da nossa pesquisa é apresentar um panorama sobre a FPA, não cabe aqui o esforço de investigar o que explica essa diferença entre os grupos.

Tabela 12 - Estatística Descritiva de Receitas de Campanha (R\$)

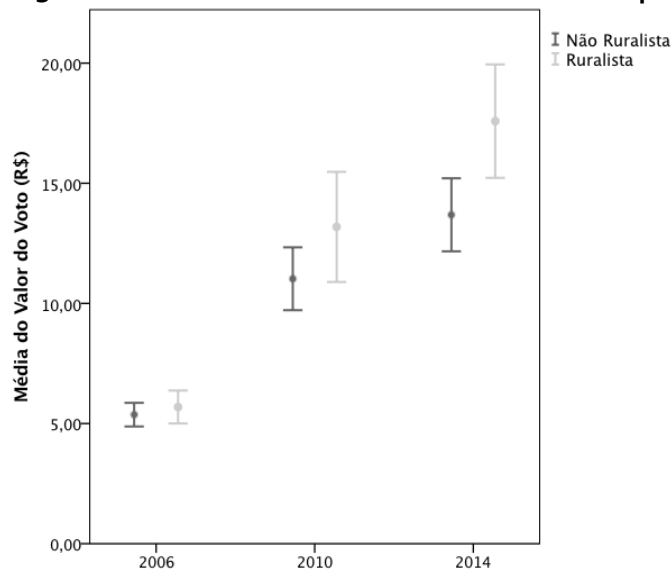
Eleição	Ruralista	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2006	Não Ruralista	347	5.700,00	2.951.689,09	502.832,85	461.016,85
	Ruralista	166	20.000,00	2.065.312,86	512.519,13	425.786,56
2010	Não Ruralista	347	22.337,32	4.767.775,79	1.119.395,52	967.463,00
	Ruralista	166	123.617,31	4.866.458,06	1.135.319,54	914.117,78
2014	Não Ruralista	308	38.809,50	6.789.094,50	1.300.709,36	1.215.887,70
	Ruralista	205	55.635,85	6.832.480,98	1.640.075,47	1.316.130,98

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Em todos os cenários, em média, um deputado federal *não ruralista* apresentou menor receita de campanha. Em relação a valores máximos, algum parlamentar em 2006 *não ruralista* teve maior receita e nos anos seguintes as diferenças não são significativas. Esse tipo de análise é frequente em estudos sobre financiamento de campanha (RUBIO, 2005; BOURDOUKAN, 2008; CERVI, 2010; FIGUEIREDO *et al.*, 2014; CERVI *et al.*, 2015), defendendo a linha de que quanto mais dinheiro investido em campanhas, maiores as

possibilidades de conquista de votos. O de barras de erros compara os dois grupos considerando o valor médio do voto.

Gráfico 3 - Estatística Descritiva de Receitas de Campanha (R\$)



Fonte: elaboração dos autores (2018).

O gráfico mostra que o valor médio do voto dos *ruralistas* é maior do que os dos *não ruralistas* em todas as eleições. A primeira e possível observação a ser feita é que o grupo que tem menor valor do voto, operacionalizou melhor seus recursos de campanha. Em outras palavras, o mesmo dinheiro na campanha de um *não ruralista* pode conquistar mais votos, comparativamente aos *ruralistas*. Mas outras variáveis como composição das coligações, partido político, perfil pessoal dos candidatos, valores e preferência dos eleitores e mesmo envolvimento em escândalos de corrupção e improbidade administrativa, podem atuar como variáveis explicativas para a obtenção de votos em campanhas eleitorais. Portanto, dinheiro investido não é a única variável explicativa para conquista de votos em uma eleição.

O gráfico ainda nos permite perceber se há diferenças significativas de valor entre os grupos analisados. Ou seja, quando não há intersecção entre as barras, a literatura nos indica que há diferença estatística e, portanto, podemos analisar esse fenômeno com o uso da técnica de *teste de T de Student* para amostras independentes. No nosso caso, o único cenário onde as barras não criam intersecção são as Eleições de 2014. Mas antes de analisar essa possibilidade, vale observar a estatística descritiva da comparação de valor do voto por anos.

Tabela 13 - Estatística Descritiva do Valor do Voto (R\$)

Eleição	Ruralista	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2006	Não Ruralista	347	0,02	46,11	5,37	4,66
	Ruralista	166	0,20	29,17	5,68	4,46
2010	Não Ruralista	347	0,36	137,65	11,02	12,38
	Ruralista	166	1,60	152,14	13,18	14,95
2014	Não Ruralista	308	0,36	110,39	13,68	13,55
	Ruralista	205	0,87	157,65	17,58	17,14

Fonte: elaboração dos autores (2018).

A média do custo de voto em 2006 foi muito semelhante entre os dois grupos. Já nas Eleições de 2010, *ruralistas* tiveram média de R\$ 13,18, enquanto os *não ruralistas* esse valor foi de R\$11,02. A maior diferença ficou para 2014, com *não ruralistas* apresentando um valor médio do voto de R\$ 13,68 e *ruralistas* com valor de R\$ 17,58 – uma diferença média de R\$ 3,90. De uma maneira geral os *ruralistas* pagaram mais pelos votos e o valor mais que dobrou em oito anos de análises.

Considerando a possibilidade de diferença estatisticamente significativa, optamos por realizar um teste *t* para amostras independentes, ou seja, apostamos em uma hipótese alternativa de que há diferença estatística entre os grupos (*ruralistas* e *não ruralistas*) em relação ao valor do voto (R\$). Na tabela 14 resume a estatística da comparação das médias.

Tabela 14 - Teste t para amostras independentes

Eleição	Teste de Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para Igualdade de Médias								
			F	Sig.	T	gl	Sig. (bilateral)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
										Inferior	Superior
2006	Valor do Voto (R\$)	Variâncias iguais assumidas	,068	0,794	,727	511	,468	,31564	,43426	-,53751	1,16878
		Variâncias iguais não assumidas			,738	338,147	,461	,31564	,42767	-,52560	1,15687
2010	Valor do Voto (R\$)	Variâncias iguais assumidas	1,583	0,209	1,725	511	,085	2,16030	1,25206	-,29952	4,62013
		Variâncias iguais não assumidas			1,615	276,826	,107	2,16030	1,33746	-,47258	4,79318
2014	Valor do Voto (R\$)	Variâncias iguais assumidas	2,536	0,112	2,865	511	,004	3,89766	1,36024	1,22531	6,57001
		Variâncias iguais não assumidas			2,735	366,889	,007	3,89766	1,42488	1,09569	6,69962

Fonte: elaboração dos autores (2018).

Os valores de *Teste de Levene* indicam que houve igualdade de variância em todos os anos observados. No entanto, só há a significância estatística para o ano de 2014 (p-valor = 0,004), ou seja, o teste *t* independente mostrou que, em média, os *ruralistas* apresentam valor do voto (R\$) superior aos *não ruralistas* ($t(511) = 2,856; p\text{-valor} < 0,05$).

7 CONCLUSÕES

Caracterizada como a mais antiga, organizada, coesa e de maior influência do Congresso Nacional, a Bancada Ruralista, nas legislaturas analisadas (53^a, 54^a e 55^a), foi composta majoritariamente por parlamentares da Região Sudeste, contrariando as expectativas de os parlamentares seriam originários da Região Centro-Oeste. Ainda no que diz respeito ao perfil, em média 80% dos parlamentares possuem nível superior, cuja profissão autodeclarada foi "deputado" (41,60% em 2006, 58,40% em 2010 e 52,70% em 2014).

Uma variável que importa muito nessa análise é o partido político ao qual pertence o parlamentar ruralista. Para todos os anos, o PMDB foi o que apresentou o maior percentual nesse quesito (19,28% em 2006, 22,89% em 2010 e 20,98% em 2014). Na contramão do que se espera, o PT teve representação em todas as formações analisadas.

Não menos importante, quem apresenta o valor médio do voto mais caro para se eleger deputado federal, um ruralista ou um parlamentar não ruralista? Nas Eleições de 2006 e 2010 os valores são aproximados e não merecem destaque. Mas nas Eleições de 2014, um ruralista chegou a gastar, em média, R\$ 3,90 a mais que seu concorrente não ruralista. Esse valor em termos de campanha é significativo e nos leva à nossa hipótese central de trabalho, a de que há diferença estatística significativa entre o valor do voto dos ruralistas e não ruralistas. A resposta é *sim*, mas apenas para as Eleições de 2014.

Em termos práticos, esse artigo apresentou o perfil dos parlamentares ruralistas para a 53^a, 54^a e 55^a legislaturas, bem como o valor médio do voto comparado ao não ruralista. Além disso, encontramos diferença estatística significativa do valor médio do voto entre os grupos analisados. De maneira geral, esperamos ter contribuído para a descrição de um dos grupos mais organizados que atuam dentro do Congresso Nacional. Além de contribuir com uma agenda de pesquisa promissora em Ciência Política.

REFERÊNCIAS

- AMES, B. Electoral strategy under open-list proportional representation. **American Journal of Political Science**, 39 (2): 406-33, 1995.
- AMORIM NETO, O. & SANTOS, F. "A produção legislativa do Congresso: entre a Paróquia e a nação", *In* VIANNA, L. W. Vianna (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- BARCELOS, E.Á. da S.; BERRIEL, M.C. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 19, São Paulo: USP, Anais, 2009.
- BOLOGNESI, B.; CERVI, E.U. Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições 2006: dinheiro e tempo de HGPE como financiadores de campanha a deputado federal do Paraná. *In*: **35º Encontro da ANPOCS**. Caxambu, 2011.
- BOURDOUKAN, A.Y. Financiamento político em perspectiva comparada. Anais do **VI encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**. Campinas, Jul. 2008.
- BRAGA, M.S.S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, 35, pp. 117-148, 2009.
- BRUNO, R.A.L. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- CAMPOS, M.M. **Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- CAMPOS, M.M. Financiamento dos diretórios subnacionais: os efeitos da descentralização e do custeio da máquina partidária em Minas Gerais. *In*: **35º Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 2011.
- CARVALHO, F.S. O papel dos grupos de interesse e pressão na formatação e fortalecimento da democracia brasileira. **Revista Aurora**, ano III, n. 5, p. 32-39, dez. 2009.
- CERVI, E.U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 135-167, 2010.
- CERVI, E.U. Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.17, n. 32, p.159-177, Feb., 2009.
- CERVI, E. *et al.* Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n.1, p. 189-205, Apr., 2015.
- CESARIO, P.S. Redes de influência no Congresso Nacional: como se articulam os principais grupos de interesse. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.24, n.59, p. 109-127, Sept., 2016.
- DYE, T.R. **Models of politics: some help in thinking about public policy**. New Jersey: Prentice-Hall, p. 11-30, 2005.
- FARHAT, S. **Lobby: o que é? como se faz? ética e transparência na representação junto a governos**. São Paulo: Petrópolis, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, D.B. **O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, D.B.; PARANHOS, R.; SILVA JÚNIOR, J.A. de; ROCHA, E.C. da; SILVA, D. Onde o dinheiro tem mais vez: gastos e votos nas eleições municipais 2012. **Delaware Review of Latin American Studies**. V. 15, n. 1, Aug, 2014

FIGUEIREDO FILHO, D.B.; ROCHA, R.C. da; SILVA JÚNIOR, J.A. da; PARANHOS, R. Financiamento de campanha: níveis de regulamentação em perspectiva comparada. **E-legis**, Brasília, n. 17, p. 36-50, maio/ago. 2015.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Bookman, 2009.

JACOBSON, G.C. The Effect of Campaign Spending in Election Outcomes: New Evidences for Old Arguments. **American Journal of Political Science**, Hoboken-NJ, v. 34, p. 334-362, May 1990.

JACOBSON, G.C. The Effect of Campaign Spending in Congressional Elections. **American Political Science Review**, Washington-DC, v. 72, p. 469-491, May, 1978.

LE MOS, L.B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J.H. Por que dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública. Campinas**, vol. 16, nº 2, Nov., p. 366-393, 2010.

MATEO-DIAZ, M. "Em Busca da Panacéia para Igualdade Duradoura: sobre a arte de combinar soluções rápidas e medidas estruturais para aumentar a presença de mulheres no Parlamento". In: SOARES, G.; RENNÓ, L. **Reforma Política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MUCINHATO, R.M.D. "Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012". In: José Álvaro Moisés. (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014.

RODRIGUES, L.M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro de Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo: O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, no 43, pp. 45-68, 2000.

PINHEIRO, M. B. **Os dilemas da inclusão de minorias no Parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2010.

PRANDI, R. & SANTOS, R.W. dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na bancada evangélica. **Tempo Social**, 29 (2): 173-200, 2017.

THOMAS, C.S. **Research Guide to U.S. and International Interest Groups**. Westport: Praeger, 2004.

- RUBIO, D.F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 73, p. 6-16, Nov. 2005.
- SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481-497, 2000.
- SAMUELS, D. Money, Elections and Democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 7, p. 27-48, 2001a.
- SAMUELS, D. **Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil**. **Journal of Politics**, v. 64, n. 3, p. 845-863, 2001b.
- SANTOS, F.; CANELLO, J. Comissões Permanentes, Estrutura de Assessoramento e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados do Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.59, n. 4, p. 1127-1168, Oct., 2016.
- SANTOS, M.L. **O Parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- SANTOS, M.L. **Representação de interesses na arena legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)**. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2014.
- SAUER, S. *et. al.* O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, v. 33, n. 2. São Paulo, 2006.
- SIMIANOTTO, I. & COSTA, C.R. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.
- SPECK, B. "O financiamento político e a corrupção no Brasil" *In*: R.C. Biason (Ed.) **Temas de corrupção política**. São Paulo: Balão Editorial, 2012.
- VIGNA, E. **Bancada ruralista: um grupo de interesse**. **Argumento nº 8**. Brasília, INESC, 2001.

Detalhes do(s) autor(a/es)

Maria Mariana Felix

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5962-0189>

Ranulfo Paranhos

Doutorado em Ciência Política pela Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE), professor do Instituto de Ciências Sociais da Univ. Fed. de Alagoas (UFAL)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5670542372454107>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0160-0011>

Jose Alexandre Silva Junior

Doutorado em Ciência Política pela Univ. Fed. de Pernambuco, (UFPE) professor do Instituto de Ciências Sociais da Univ. Fed. de Alagoas (UFAL).

Lattes <http://lattes.cnpq.br/5100245942386773>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6068-7460>

Wilber Nascimento

Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorando em Ciência Política pela Univ. Fed. de Pernambuco (UFPE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6856013993591304>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2257-8108>